

RECLAMAÇÃO Nº 39.260 - ES (2019/0333706-3)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
RECLAMANTE : PRISCILA DE CASTRO MURAD
ADVOGADOS : MARCO ANTÔNIO GAMA BARRETO E OUTRO(S) - ES009440
LEONARDO MIRANDA MAIOLI - ES015739
TATIANE MENDES RIBEIRO - ES028947
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INTERES. : ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADOR : RAFAEL SANTOS DE ALMEIDA - ES011841

DECISÃO

Trata-se de Reclamação ajuizada contra decisão proferida por Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, que sobresteve o trâmite de Agravo Interno sob o fundamento de que, por anterior decisão sua, fora suspensa a tramitação do feito, “considerando a proposta de revisão de entendimento apresentada pelo Ministro Benedito Gonçalves, nas questões de ordem suscitadas no REsp nº 1.769.306/AL e no REsp nº 1.769.209/AL, a fim de definir se `O Tema 531 do STJ abrange, ou não, a devolução ao Erário dos valores recebidos de boa-fé pelo servidor público quando pagos indevidamente por erro operacional da Administração Pública´ (Tema 1.009 do STJ)” (fl. 22, e-STJ).

Segundo se narra na Petição Inicial, a Secretaria de Controle Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo constatou que **a reclamante, magistrada, havia recebido Gratificação de Direção de Foro durante período em que esteve afastada para tratamento de saúde.**

Por ato do Desembargador Presidente, que acolheu parecer no sentido de que a gratificação teria natureza *pro labore faciendo* e por isso não poderia ser paga durante o período de afastamento, determinou-se a remessa do procedimento à Secretaria de Gestão de Pessoas para proceder aos descontos.

Foram interpostos recursos administrativos, todos não providos, assim como instaurado no Conselho Nacional de Justiça o PCA 0010191-07.2018.2.00.0000, que, por decisão do Plenário, foi extinto por ausência de repercussão geral da matéria.

A reclamante, então, ajuizou a Ação Anulatória 0020960-42.2019.8.08.0024, tendo o Juízo de primeiro grau indeferido a tutela de urgência, por decisão atacada pelo Agravo de Instrumento 0022000-59-2019.8.08.0024, no qual o Desembargador Relator, mantendo o indeferimento da tutela provisória, determinou a suspensão da tramitação do recurso e da ação, tendo em vista que a matéria está submetida à sistemática dos repetitivos (Tema 1.009 do STJ).

Inconformada, a reclamante interpôs Agravo Interno, tendo o Relator decidido que, “em virtude da suspensão já determinada, enquanto perdurar tal circunstância, deixo de analisar o Agravo Interno ora interposto”.

A Reclamação é ajuizada contra esse ato do Tribunal de origem.

É o relatório.

Decido.

Preliminarmente, a reclamante alega que o Ministro Benedito Gonçalves, Relator dos Recursos Especiais 1.769.306/AL e 1.769.209/AL, estaria prevento, pois “o art. 988, §3º, determina que a reclamação deverá ser distribuída ao relator do processo principal”.

Na realidade, esse preceito do CPC/2015 determina que a Reclamação seja distribuída ao relator do processo principal “sempre que possível”. No caso, isso não pode ser feito, porque a ação é manifestamente inadmissível como se verá a seguir.

Assim, deixo de reconhecer a prevenção alegada.

Passo ao exame do pedido.

Segundo se depreende da inicial, a decisão reclamada é a que suspendeu o trâmite do Agravo Interno interposto no Agravo de Instrumento 0022000-59-2019.8.08.0024, anteriormente sobrestado em virtude da “proposta de revisão de entendimento apresentada pelo Ministro Benedito Gonçalves, nas questões de ordem suscitadas no REsp nº 1.769.306/AL e no REsp nº 1.769.209/AL (Tema 1.009 do STJ)” (fl. 22, e-STJ).

Ocorre que essa determinação de sobrestamento foi feita pelo próprio Superior Tribunal de Justiça na QO nos Recursos Especiais 1.769.306/AL e 1.769.209/AL, ocasião em que a Primeira Seção, acolhendo a proposta do Ministro Relator, ordenou a “suspensão de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão delimitada e que tramitem no território nacional, nos termos do inciso II do art. 1.037 do CPC de 2015”.

Portanto, o sobrestamento determinado na origem não afronta a autoridade decisória do Superior Tribunal de Justiça, mas, ao contrário, a observa. Anote-se que a determinação feita por este Tribunal se baseou no art. 1.037, II, do CPC/2015, que confere ao Relator o poder de ordenar a suspensão de processos em trâmite no Poder Judiciário, não havendo previsão – e tampouco a Primeira Seção o fez – de nenhuma medida dirigida à Administração Pública.

Por fim, se o que a reclamante almeja é um provimento de urgência, deve requerê-lo, sob esse título, ao Juízo que processa a causa principal, nos termos do art. 314 do CPC/2015: “Durante a suspensão é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável, salvo no caso de arguição de impedimento e de suspeição”.

Como se vê, não se fazem presente no caso nenhuma das hipóteses de cabimento da via reclamatória.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente a petição inicial e, por conseguinte, julgo extinto o processo sem resolução do mérito** (art. 34, XVIII, “a”, do RISTJ).

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator